

JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO

MANUAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO

35^ª revista,
atualizada
e ampliada



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 29.04.2021
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2021 by
Editora Atlas Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Al. Arapoema, 659, sala 05, Tamboré
Barueri – SP – 06460-080
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Atlas Ltda.
- Capa: Aurélio Corrêa

■ **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

C323m
Carvalho Filho, José dos Santos

Manual direito administrativo / José dos Santos Carvalho Filho. – 35. ed. – Barueri [SP]: Atlas, 2021.

Inclui bibliografia e índice
ISBN 978-85-97-02723-5

1. Direito administrativo - Brasil. I. Título.

21-70711

CDU: 342.9(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária CRB-7/6439





Sumário

Capítulo 1. Direito Administrativo e Administração Pública.....	1
I. Introdução.....	1
1. O Estado	1
2. Poderes e Funções.....	2
3. Função Administrativa.....	4
4. Federação	5
4.1. Características.....	6
4.2. Autonomia: Capacidade de Autoadministração.....	6
5. Direito Administrativo	7
5.1. Breve Introdução.....	7
5.2. Conceito.....	8
5.3. Relações com Outros Ramos Jurídicos.....	9
II. Administração Pública: Sentidos.....	11
1. Sentido Objetivo.....	11
2. Sentido Subjetivo	12
III. Órgãos Públicos	12
1. Introdução.....	12
2. A Relação Órgão/Pessoa.....	13
2.1. Característica Básica.....	13
2.2. Criação e Extinção.....	13
3. Teorias de Caracterização do Órgão	15
4. Conceito.....	16
5. Capacidade Processual.....	16
6. Classificação.....	17
IV. Agentes Públicos	18
V. Princípios Administrativos.....	19
1. Princípios Expressos	20
1.1. Princípio da Legalidade	20
1.2. Princípio da Impessoalidade	21
1.3. Princípio da Moralidade	22
1.4. Princípio da Publicidade.....	26
1.5. Princípio da Eficiência.....	31

2.	Princípios Reconhecidos.....	35
2.1.	Princípio da Supremacia do Interesse Público.....	35
2.2.	Princípio da Autotutela.....	37
2.3.	Princípio da Indisponibilidade.....	38
2.4.	Princípio da Continuidade dos Serviços Públicos.....	38
2.5.	Princípio da Segurança Jurídica (Proteção à Confiança).....	39
2.6.	Princípio da Precaução.....	42
3.	O Princípio da Razoabilidade.....	43
4.	O Princípio da Proporcionalidade.....	45
VI.	Súmulas.....	46
Capítulo 2. Poderes e Deveres dos Administradores Públicos.....		49
I.	Introdução.....	49
II.	Uso e Abuso de Poder.....	50
1.	Uso do Poder.....	50
2.	Poder-Dever de Agir.....	50
3.	Abuso do Poder.....	52
3.1.	Sentido.....	52
3.2.	Formas de Abuso: Excesso e Desvio de Poder.....	52
3.3.	Efeitos.....	53
3.4.	Abuso de Poder e Ilegalidade.....	54
3.5.	Abuso de Autoridade.....	55
III.	Poderes Administrativos.....	56
1.	Conceito.....	56
2.	Modalidades.....	56
2.1.	Poder Discricionário.....	56
2.2.	Poder Regulamentar.....	63
2.3.	Poder de Polícia.....	71
IV.	Deveres dos Administradores Públicos.....	72
1.	Dever de Probidade.....	72
2.	Dever de Prestar Contas.....	73
3.	Dever de Eficiência.....	74
V.	Hierarquia e Disciplina.....	75
1.	Hierarquia.....	75
1.1.	Efeitos.....	76
1.2.	Subordinação e Vinculação.....	77
1.3.	Hierarquia e Funções Estatais.....	77
2.	Disciplina Funcional.....	78
2.1.	Sentido.....	78
2.2.	Direito Penal e Direito Punitivo Funcional.....	78
2.3.	Procedimento de Apuração.....	80
Capítulo 3. Poder de Polícia.....		81
I.	Introdução.....	81
II.	Sentido Amplo e Estrito.....	82
III.	Conceito.....	82

IV.	Poder de Polícia no Direito Positivo	83
V.	Competência	84
VI.	Poder de Polícia Originário e Delegado	86
VII.	Polícia Administrativa e Polícia Judiciária	89
VIII.	Fundamentos	90
IX.	Finalidade	90
X.	Âmbito de Incidência	91
XI.	Atuação da Administração	91
	1. Atos Normativos e Concretos	91
	2. Determinações e Consentimentos Estatais	92
	3. Atos de Fiscalização	93
XII.	Limites	94
XIII.	Características	94
	1. Discricionariedade e Vinculação	94
	2. Autoexecutoriedade	95
	3. Coercibilidade	98
XIV.	Legitimidade da Polícia Administrativa	98
	1. Requisitos Gerais de Validade	98
	2. Princípio da Proporcionalidade	99
XV.	Sanções de Polícia	100
XVI.	Covid-19: Normas Transitórias de Polícia	103
XVII.	Súmulas	104
Capítulo 4. Ato Administrativo		107
I.	Introdução	107
	1. Fatos Administrativos	107
	2. Atos da Administração	108
	3. Atos Jurídicos e Atos Administrativos	109
II.	Conceito	110
	1. Sujeitos da Manifestação de Vontade	112
	2. Regime Jurídico de Direito Público	112
	3. Silêncio Administrativo	113
III.	Elementos	116
	1. Competência	117
	1.1. Sentido	117
	1.2. Fonte	117
	1.3. Características	118
	1.4. Critérios Definidores da Competência	118
	1.5. Delegação e Avocação	119
	2. Objeto	120
	2.1. Sentido	120
	2.2. Requisitos de Validade	120
	2.3. Discricionariedade e Vinculação	121
	3. Forma	121
	3.1. Sentido	121

3.2.	Requisito de Validade	122
3.3.	Princípio da Solenidade.....	122
4.	Motivo.....	123
4.1.	Sentido	123
4.2.	Discricionariedade e Vinculação.....	124
4.3.	Motivo e Motivação.....	124
4.4.	Teoria dos Motivos Determinantes.....	129
4.5.	Congruência entre o Motivo e o Resultado do Ato.....	129
5.	Finalidade	131
5.1.	Sentido	131
5.2.	Finalidade e Objeto	132
IV.	Características.....	132
1.	Imperatividade	132
2.	Presunção de Legitimidade.....	133
3.	Autoexecutoriedade	134
V.	Mérito Administrativo.....	135
1.	Sentido.....	135
2.	Vinculação e Discricionariedade	136
3.	Controle do Mérito.....	137
VI.	Formação e Efeitos.....	138
1.	Perfeição.....	138
2.	Eficácia	139
3.	Exequibilidade	139
4.	Validade	140
VII.	Classificação.....	140
1.	Crítério dos Destinatários: Atos Gerais e Individuais.....	141
2.	Crítério das Prerrogativas: Atos de Império e de Gestão	141
3.	Crítério da Liberdade de Ação: Atos Vinculados e Discricionários	141
4.	Crítério da Intervenção da Vontade Administrativa: Atos Simples, Compostos e Complexos.....	142
5.	Crítério dos Efeitos: Atos Constitutivos, Declaratórios e Enunciativos	144
6.	Crítério da Retratabilidade: Atos Revogáveis e Irrevogáveis	144
7.	Crítério da Executoriedade: Atos Autoexecutórios e Não Autoexecutórios	145
VIII.	Espécies	145
1.	Espécies Quanto à Forma de Exteriorização	146
1.1.	Decretos e Regulamentos	146
1.2.	Resoluções, Deliberações e Regimentos	148
1.3.	Instruções, Circulares, Portarias, Ordens de Serviço, Provimentos e Avisos.....	149
1.4.	Alvarás.....	149
1.5.	Ofícios	149
1.6.	Pareceres.....	150
1.7.	Certidões, Atestados e Declarações	152
1.8.	Despachos.....	153
2.	Espécies Quanto ao Conteúdo.....	153
2.1.	Licença.....	153
2.2.	Permissão	155

2.3.	Autorização.....	158
2.4.	Admissão.....	159
2.5.	Aprovação, Homologação e Visto.....	159
2.6.	Atos Sancionatórios.....	161
2.7.	Atos Funcionais.....	163
IX.	Procedimento Administrativo.....	163
X.	Extinção dos Atos Administrativos.....	164
1.	Extinção Natural.....	164
2.	Extinção Subjetiva.....	165
3.	Extinção Objetiva.....	165
4.	Caducidade.....	165
5.	Desfazimento Volitivo.....	165
XI.	Invalidação (ou Anulação).....	166
1.	Teoria das Nulidades.....	166
1.1.	Introdução.....	166
1.2.	As Nulidades no Direito Privado.....	167
1.3.	A Controvérsia Doutrinária.....	167
1.4.	A Terminologia Adotada.....	168
2.	Conceito e Pressuposto.....	168
3.	Quem Pode Invalidar.....	170
4.	Dever de Invalidar.....	171
5.	Autotutela e Contraditório.....	173
6.	Efeitos.....	175
7.	Convalidação.....	177
XII.	Revogação.....	179
1.	Conceito.....	179
2.	Pressuposto.....	180
3.	Fundamento.....	181
4.	Origem.....	181
5.	Efeitos.....	181
6.	Inocorrência.....	182
7.	Revogação da Revogação.....	183
XIII.	Súmulas.....	184
Capítulo 5. Contratos Administrativos.....		185
I.	Introdução.....	185
II.	Contratos e licitações.....	185
III.	Contratos da Administração Pública.....	186
1.	Contratos privados da administração.....	187
2.	Contratos administrativos.....	187
IV.	Conceito.....	188
V.	Fontes normativas.....	188
1.	Fonte constitucional.....	188
2.	Fonte legislativa.....	190
2.1.	Lei básica.....	190
2.2.	A aplicabilidade concomitante.....	190
2.3.	Abrangência.....	191

VI.	Princípios.....	191
VII.	Sujeitos do contrato	192
VIII.	Relação contratual	193
	1. Natureza jurídica.....	193
	2. Posição preponderante da administração.....	193
IX.	Prerrogativas da administração.....	194
X.	Modalidades contratuais.....	195
	1. Objeto como ponto diferencial	195
	2. Contratação de compras (fornecimento)	196
	3. Contratação de obras e serviços de engenharia	197
	4. Contratação de serviços.....	199
	5. Outras contratações	199
	6. Contratos de publicidade.....	200
XI.	Formalização	201
XII.	Garantias	202
XIII.	Alocação de riscos.....	203
XIV.	Duração e prorrogação dos contratos.....	204
XV.	Execução do contrato.....	205
XVI.	Inexecução do contrato.....	206
XVII.	Alteração do contrato.....	208
XVIII.	Extinção do contrato.....	211
	1. Sentido.....	211
	2. Cumprimento do objeto	212
	3. Advendo do termo final.....	212
	4. Hipóteses de extinção.....	212
	5. Fontes da extinção contratual.....	213
	6. Efeitos da extinção	214
XIX.	Recebimento do objeto do contrato.....	214
XX.	Pagamentos.....	215
XXI.	Invalidação dos contratos.....	216
XXII.	Meios alternativos de resolução de controvérsias	217
XXIII.	Irregularidades	218
	1. Infrações e sanções administrativas	218
	2. Impugnações, pedidos de esclarecimento e recursos	221
	3. Controle das contratações	223
XXIV.	Crimes	224
XXV.	Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)	226
XXVI.	Microempresas e empresas de pequeno porte.....	226
XXVII.	Convênios administrativos	227
XXVIII.	Consórcios públicos	231
XXIX.	COVID-19: normas transitórias.....	239
XXX.	Súmulas.....	241

Capítulo 6. Licitação **243**

I.	Introdução.....	243
II.	Conceito.....	243

III.	Natureza jurídica.....	244
IV.	Fontes normativas.....	245
	1. Fonte constitucional.....	245
	2. Fonte legislativa	245
	2.1. Lei básica.....	245
	2.2. A aplicabilidade concomitante.....	246
V.	Destinatários	246
VI.	Fundamentos	247
	1. Moralidade administrativa	247
	2. Igualdade de oportunidades	248
VII.	Princípios.....	248
	1. Princípio da legalidade.....	249
	2. Princípios da moralidade, da impessoalidade e da probidade administrativa	249
	3. Princípio da igualdade.....	250
	4. Princípio da publicidade	250
	5. Princípio da vinculação ao edital	251
	6. Princípio do julgamento objetivo.....	251
	7. Princípio da competitividade	251
	8. Princípios da eficiência, eficácia, economicidade e celeridade	252
	9. Princípio do interesse público.....	253
	10. Princípios da razoabilidade e da proporcionalidade	253
	11. Princípios da motivação e segurança jurídica	254
	12. Princípio do planejamento.....	254
	13. Princípio da segregação de funções.....	255
	14. Princípio do desenvolvimento nacional sustentável.....	255
VIII.	Processo licitatório	256
IX.	Fase preparatória	257
	1. Instrução.....	257
	2. Modalidades.....	258
	2.1. Noções gerais.....	258
	2.2. Concorrência.....	259
	2.3. Pregão.....	259
	2.4. Concurso.....	260
	2.5. Leilão.....	260
	2.6. Diálogo competitivo.....	260
	3. Critérios de julgamento	261
	3.1. Critérios gerais.....	261
	3.2. Maior retorno econômico e contrato de eficiência.....	262
X.	Divulgação do edital	263
XI.	Propostas e lances.....	263
XII.	Julgamento	265
XIII.	Habilitação	266
	1. Aspectos gerais.....	266
	2. Habilitação jurídica	267
	3. Habilitação técnico-profissional e técnico-operacional	267
	4. Habilitação fiscal, social e trabalhista	268
	5. Habilitação econômico-financeira	268

XIV. Encerramento da licitação	269
XV. Contratação direta	270
1. Processo de contratação direta.....	270
2. Inexigibilidade de licitação	272
3. Dispensa de licitação.....	274
3.1. Noções gerais.....	274
3.2. Critério de valor.....	276
3.3. Licitação fracassada.....	277
3.4. Objetos específicos	278
3.5. Emergência e calamidade pública.....	280
3.6. Pesquisa e desenvolvimento tecnológico	281
3.7. Forças armadas e segurança nacional.....	282
3.8. Relações interpessoais de direito público.....	282
3.9. Área da saúde	283
XVI. Alienações	283
1. Considerações preliminares.....	283
2. Bens imóveis.....	284
3. Bens móveis	285
XVII. Instrumentos auxiliares.....	286
1. Credenciamento	286
2. Pré-qualificação.....	287
3. Procedimento de manifestação de interesse.....	288
4. Sistema de registro de preços	289
5. Registro cadastral	290
XVIII. Irregularidades	291
XIX. Crimes	291
XX. Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)	292
XXI. Microempresas e empresas de pequeno porte.....	292
XXII. Serviços de publicidade.....	294
Capítulo 7. Serviços Públicos.....	295
I. Introdução.....	295
II. Conceito.....	296
III. Características.....	297
1. Sujeito Estatal.....	297
2. Interesse Coletivo	298
3. Regime de Direito Público	298
IV. Classificação.....	299
1. Serviços Delegáveis e Indelegáveis.....	299
2. Serviços Administrativos e de Utilidade Pública	300
3. Serviços Coletivos e Singulares.....	300
4. Serviços Sociais e Econômicos	301
V. Titularidade.....	302
1. Competência	302
2. Regulamentação.....	306
3. Controle.....	306

VI.	Princípios.....	306
1.	Princípio da Generalidade.....	307
2.	Princípio da Continuidade.....	307
3.	Princípio da Eficiência.....	312
4.	Princípio da Modicidade.....	313
VII.	Remuneração.....	313
VIII.	Usuários.....	317
1.	Direitos.....	318
2.	Deveres.....	320
IX.	Execução do Serviço.....	321
1.	Execução Direta.....	321
2.	Execução Indireta.....	322
2.1.	Noção.....	322
2.2.	Descentralização.....	322
2.2.1.	Delegação Legal.....	324
2.2.2.	Delegação Negocial: Particulares em Colaboração.....	324
3.	Novas Formas de Prestação dos Serviços Públicos.....	325
3.1.	Desestatização e Privatização.....	326
3.2.	Gestão Associada.....	329
3.3.	Regimes de Parceria (Terceiro Setor).....	331
3.3.1.	Regime de Convênios Administrativos.....	332
3.3.2.	Regime dos Contratos de Gestão (as Organizações Sociais).....	333
3.3.3.	Gestão por Colaboração (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs).....	337
3.3.4.	Regime Geral das Parcerias.....	341
3.3.5.	Programa de Parcerias de Investimentos – PPI.....	349
X.	Marco Legal do Saneamento Básico.....	351
XI.	Súmulas.....	352
Capítulo 8. Concessão e Permissão de Serviços Públicos.....		355
I.	Introdução.....	355
II.	Fontes Normativas.....	356
1.	Fonte Constitucional.....	356
2.	Fonte Infraconstitucional.....	357
III.	Concessão de Serviços Públicos (Concessão Comum).....	358
1.	Modalidades.....	358
2.	Concessão de Serviço Público Simples.....	358
2.1.	Conceito.....	358
2.2.	Objeto.....	359
3.	Concessão de Serviço Público Precedida da Execução de Obra Pública.....	360
3.1.	Nomenclatura.....	360
3.2.	Conceito.....	361
3.3.	Objeto.....	361
4.	Natureza Jurídica.....	362
4.1.	O Caráter Contratual.....	362
4.2.	Concessão e Permissão.....	364

5.	A Relação Contratual.....	365
6.	A Supremacia do Concedente.....	365
7.	A Natureza do Concessionário e do Concedente.....	365
8.	Concessão a Empresas Estatais.....	366
9.	Exigência de Licitação.....	368
9.1.	O Caráter de Obrigatoriedade.....	368
9.2.	Modalidades Licitatórias.....	368
9.3.	O Edital.....	369
9.4.	Critérios de Julgamento.....	370
9.5.	Fatores de Desclassificação.....	370
9.6.	Participação de Empresas Estatais.....	371
10.	Mutabilidade.....	372
11.	Política Tarifária.....	373
12.	Análise do Pacto de Concessão.....	379
12.1.	Autorização Legal.....	379
12.2.	Cláusulas Essenciais.....	380
12.3.	A Responsabilidade do Concessionário.....	381
12.4.	Transferência de Encargos.....	383
12.5.	Alteração do Concessionário.....	384
12.6.	Cessão de Créditos Operacionais.....	385
13.	Encargos do Concedente.....	385
13.1.	Fiscalização.....	385
13.2.	Intervenção na Propriedade Privada.....	387
13.3.	Outros Encargos Pertinentes.....	387
14.	Encargos do Concessionário.....	388
14.1.	O Serviço Adequado.....	388
14.2.	Transparência na Execução.....	389
14.3.	As Contratações do Concessionário.....	389
15.	Direitos e Obrigações dos Usuários.....	390
16.	Prazo da Concessão.....	393
17.	Intervenção na Concessão.....	393
17.1.	Sentido.....	393
17.2.	Procedimento.....	394
18.	Extinção.....	395
18.1.	Termo Final do Prazo.....	395
18.2.	Anulação.....	396
18.3.	Rescisão.....	396
18.4.	Caducidade.....	398
18.5.	Encampação.....	399
18.6.	Falência e Extinção da Concessionária.....	400
19.	Reversão.....	400
20.	Concessões Anteriores.....	402
21.	Controle dos Serviços Concedidos.....	404
22.	Concessão Florestal.....	405
IV.	Permissão de Serviços Públicos.....	407
1.	Conceito e Objeto.....	407
2.	Natureza Jurídica.....	408
3.	Diferença entre Concessão e Permissão.....	408

4.	A Permissão Condicionada	411
5.	Referências Constitucionais	411
6.	Responsabilidade Civil	412
7.	Aplicação de Regras Idênticas às das Concessões	412
8.	Extinção	413
8.1.	Termo Final do Prazo.....	413
8.2.	Anulação.....	414
8.3.	Encampação.....	414
8.4.	Caducidade.....	415
8.5.	Desfazimento por Iniciativa do Permissionário (Rescisão).....	415
9.	Permissão lotérica	416
V.	Concessão Especial de Serviços Públicos (Parcerias público-privadas)	417
1.	Introdução.....	417
2.	Conceito e Natureza Jurídica	419
3.	Modalidades e Incidência Normativa.....	420
4.	Objeto.....	421
5.	Características e Diretrizes	423
6.	Cláusulas Essenciais, Não Essenciais e Vedações	425
7.	Contraprestação e Garantias.....	427
8.	Sociedade de Propósito Específico	431
9.	Licitações.....	433
9.1.	Introdução.....	433
9.2.	Modalidade e Condições	433
9.3.	Edital.....	434
9.4.	Procedimento	436
VI.	Autorização	437
VII.	Súmulas.....	442

Capítulo 9. Administração Direta e Indireta 443

I.	Noções Introdutórias	443
1.	Federação e Autonomia.....	443
2.	Poderes e Funções. A Função Administrativa	444
3.	Administração Pública.....	444
4.	Organização Administrativa: Centralização e Descentralização	445
5.	Princípios Regedores da Administração Pública	445
II.	Administração Direta	447
1.	Conceito	447
2.	Natureza da Função	447
3.	Abrangência	448
4.	Composição	448
5.	Contrato de Desempenho	449
5.1.	Introdução.....	449
5.2.	Lei Regulamentadora	450
5.3.	Contrato de Desempenho.....	450
5.4.	Natureza Jurídica.....	451
5.5.	Críticas à Fisionomia Contratual.....	451
5.6.	Finalidades	452

5.7.	Flexibilidades e Autonomias Especiais.....	452
5.8.	Cláusulas Obrigatórias.....	453
5.9.	Obrigações das Partes.....	453
5.10.	Suspensão e Rescisão.....	453
III.	Administração Indireta.....	454
1.	Conceito.....	454
2.	Natureza da Função.....	454
3.	Abrangência.....	455
4.	Composição.....	455
5.	Administração Fundacional.....	456
6.	Entidades Paraestatais.....	457
7.	Princípios da Administração Indireta.....	459
7.1.	Princípio da Reserva Legal.....	459
7.2.	Princípio da Especialidade.....	460
7.3.	Princípio do Controle.....	460
8.	Categorias Jurídicas.....	462
IV.	Autarquias.....	462
1.	Introdução.....	462
1.1.	Terminologia.....	462
1.2.	Autarquia e Autonomia.....	463
1.3.	Autarquias Institucionais e Territoriais.....	463
2.	Conceito.....	464
3.	Referências Normativas.....	464
4.	Personalidade Jurídica.....	465
5.	Criação, Organização e Extinção.....	466
6.	Objeto.....	467
7.	Classificação.....	467
7.1.	Quanto ao Nível Federativo.....	468
7.2.	Quanto ao Objeto.....	469
7.3.	Quanto ao Regime Jurídico (Autarquias de Regime Especial).....	471
8.	Agências Reguladoras.....	472
8.1.	Considerações Iniciais.....	472
8.2.	Criação das Agências.....	473
8.3.	Origens.....	474
8.4.	Disciplina Normativa.....	474
8.5.	Poder Regulatório.....	475
8.6.	Natureza Jurídica.....	475
8.7.	Características Especiais.....	476
8.8.	Poder Normativo Técnico.....	476
8.9.	Autonomia Decisória.....	477
8.10.	Autonomia Administrativa.....	479
8.11.	Autonomia Financeira.....	479
8.12.	Teoria da Captura.....	480
8.13.	Prestação de Contas e Controle Social.....	481
8.14.	Ouvidoria.....	481
8.15.	Articulação das Agências.....	482
8.16.	Regime Jurídico dos Servidores.....	482
9.	Agências Executivas.....	483

10.	Associações Públicas.....	484
11.	Aspectos Especiais das Autarquias.....	484
11.1.	Patrimônio.....	485
11.2.	Pessoal.....	486
11.3.	Controle judicial.....	486
11.4.	Foro dos litígios judiciais.....	487
11.5.	Atos e contratos.....	488
11.6.	Responsabilidade civil.....	489
11.7.	Prerrogativas autárquicas.....	489
V.	Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.....	491
1.	Introdução.....	491
2.	Referências Normativas.....	492
3.	Conceito.....	493
4.	Personalidade Jurídica.....	493
5.	Instituição e Extinção.....	494
6.	Subsidiárias.....	495
6.1.	Pessoas Subsidiárias.....	495
6.2.	Sociedades de Mera Participação do Estado.....	496
7.	Objeto.....	497
8.	Regime Jurídico.....	499
8.1.	Hibridismo.....	499
8.2.	Regime Constitucional.....	499
8.3.	Regime Legal.....	500
8.4.	Regime Estatutário.....	502
9.	Regime Tributário.....	502
10.	Função Social.....	504
11.	Diferença entre as Entidades.....	505
11.1.	Constituição do Capital.....	505
11.2.	Forma Jurídica.....	505
11.3.	Foro Processual.....	506
12.	Patrimônio.....	507
13.	Pessoal.....	509
14.	Falência e Execução.....	510
14.1.	Falência.....	510
14.2.	Execução.....	511
15.	Responsabilidade Civil.....	513
16.	Governança Corporativa.....	514
16.1.	Sentido.....	514
16.2.	Transparência.....	515
16.3.	Estrutura e Gestão de Riscos.....	515
17.	Controle.....	516
17.1.	Controle Externo.....	516
17.2.	Controle Interno.....	516
17.3.	Arbitragem.....	517
18.	Participantes do Sistema.....	518
18.1.	Acionista Controlador.....	518
18.2.	Administradores.....	518
18.3.	Conselho de Administração.....	519

18.4.	Membro Independente	519
18.5.	Diretoria	520
18.6.	Comitê de Auditoria Estatutário	520
18.7.	Conselho Fiscal.....	521
19.	Atos Jurídicos	522
20.	Licitações.....	523
20.1.	Microsistema e Aplicabilidade.....	523
20.2.	Dispensa e Inexigibilidade de Licitação.....	523
20.2.1.	Exigibilidade de Licitação.....	523
20.2.2.	Dispensas Específicas.....	524
20.2.3.	Dispensas Genéricas.....	524
20.2.4.	Inexigibilidade	525
20.2.5.	Requisitos Comuns	525
20.3.	Disposições Gerais.....	525
20.3.1.	Regulamentos Internos.....	525
20.3.2.	Princípios e Diretrizes.....	526
20.3.3.	Aspectos Especiais	526
20.4.	Obras e Serviços.....	527
20.5.	Aquisição de Bens	528
20.6.	Alienação de Bens	528
20.7.	Procedimento Licitatório	529
20.8.	Procedimentos Auxiliares	530
21.	Contratos.....	530
21.1.	Natureza dos Contratos	530
21.2.	Formalização.....	531
21.3.	Alteração dos Contratos	531
21.4.	Sanções Administrativas	532
VI.	Fundações Públicas	533
1.	Introdução.....	533
2.	A Polêmica sobre a Natureza Jurídica das Fundações.....	533
2.1.	Conceito no Decreto-lei nº 200/1967	537
2.2.	O Tratamento da Matéria	538
3.	Característica Fundamental	538
4.	Objeto.....	539
5.	Criação e Extinção	540
6.	Regime Jurídico.....	541
6.1.	Prerrogativas.....	541
6.2.	Privilégios Tributários	542
7.	Patrimônio.....	543
8.	Pessoal.....	543
9.	Controle	544
9.1.	Controle Institucional.....	544
9.2.	Controle do Ministério Público.....	545
9.3.	Controle Judicial	545
10.	Foro dos Litígios	546
11.	Atos e Contratos.....	546
12.	Responsabilidade Civil	546
VII.	Outras Pessoas Jurídicas Vinculadas ao Estado.....	547

1.	Introdução.....	547
2.	Pessoas de Cooperação Governamental (Serviços Sociais Autônomos).....	547
2.1.	Sentido	547
2.2.	Natureza Jurídica.....	548
2.3.	Criação	548
2.4.	Objeto	548
2.5.	Recursos Financeiros.....	550
2.6.	Ausência de Fins Lucrativos	551
2.7.	Controle.....	551
2.8.	Outros Aspectos do Regime Jurídico.....	552
2.9.	Privilégios Tributários	556
3.	Organizações Colaboradoras (ou Parceiras).....	557
VIII.	Súmulas.....	558

Capítulo 10. Responsabilidade Civil do Estado..... 561

I.	Introdução.....	561
1.	Responsabilidade. Noção Jurídica.....	561
1.1.	Tipos de Responsabilidade	561
2.	Responsabilidade Civil	562
3.	O Dano e a Indenização	563
4.	Os Sujeitos do Cenário	563
II.	Evolução.....	564
1.	A Irresponsabilidade do Estado.....	564
2.	Teoria da Responsabilidade com Culpa	564
3.	Teoria da Culpa Administrativa	565
4.	Teoria da Responsabilidade Objetiva	565
5.	Fundamento da Responsabilidade Objetiva: A Teoria do Risco Administrativo ...	566
III.	Direito Brasileiro.....	567
1.	Código Civil	567
2.	Constituição Federal.....	568
3.	Análise dos Elementos Constitucionais.....	569
3.1.	Pessoas Responsáveis.....	569
3.2.	Agentes do Estado.....	572
3.3.	A Duplicidade de Relações Jurídicas.....	573
IV.	Aplicação da Responsabilidade Objetiva	573
1.	Pressupostos.....	573
2.	Ônus da Prova: Inversão.....	575
3.	Participação do Lesado	576
4.	Fatos Imprevisíveis	577
5.	Atos de Multidões	579
6.	Danos de Obra Pública.....	579
7.	Condutas Omissivas	580
8.	Responsabilidade Primária e Subsidiária	583
V.	Atos Legislativos	584
1.	Regra Geral	584
2.	Leis Inconstitucionais.....	585
3.	Leis de Efeitos Concretas	586

4.	Omissão Legislativa	587
VI.	Atos Judiciais.....	588
1.	Atos Administrativos e Jurisdicionais.....	588
2.	Condutas Dolosas.....	589
3.	Condutas Culposas	590
VII.	Reparação do Dano.....	591
1.	A Indenização.....	591
2.	Meios de Reparação do Dano	592
3.	Prescrição.....	592
4.	Sujeito Passivo da Lide	593
5.	Denúnciação à Lide	595
VIII.	O Direito de Regresso	597
1.	Sentido.....	597
2.	Meios de Solução.....	597
3.	Causa de Pedir.....	598
4.	Interesse de Agir	598
5.	Prescrição.....	599
IX.	Súmulas.....	600

Capítulo 11. Servidores Públicos 601

I.	Agentes Públicos	601
1.	Sentido.....	601
2.	Classificação.....	602
2.1.	Agentes Políticos.....	602
2.2.	Agentes Particulares Colaboradores.....	603
2.3.	Servidores Públicos	604
3.	Agentes de Fato.....	605
II.	Servidores Públicos	606
1.	Sentido.....	606
2.	Características	607
3.	Classificação.....	608
3.1.	Servidores Públicos Cíveis e Militares.....	608
3.2.	Servidores Públicos Comuns e Especiais.....	608
3.3.	Servidores Públicos Estatutários, Trabalhistas e Temporários	609
III.	Regimes Jurídicos Funcionais.....	610
1.	Regime Estatutário.....	610
2.	Regime Trabalhista.....	613
2.1.	Regime de Emprego Público.....	614
3.	Regime Especial	616
4.	Regime Jurídico Único.....	620
5.	Terceirização	622
IV.	Organização Funcional	626
1.	Quadro Funcional.....	626
2.	Cargos, Empregos e Funções Públicas.....	627
3.	Classificação dos Cargos.....	629
4.	Criação, Transformação e Extinção de Cargos.....	632

5.	Provimento.....	635
5.1.	Tipos de Provimento.....	635
5.2.	Formas de Provimento.....	636
6.	Investidura: Nomeação, Posse e Exercício.....	637
7.	Reingresso.....	638
8.	Vacância.....	640
9.	Direito Adquirido dos Servidores.....	641
10.	Cessão de Servidores.....	643
V.	Regime Constitucional.....	644
1.	Concurso Público.....	645
1.1.	Sentido.....	645
1.2.	Fundamento.....	647
1.3.	Alcance da Exigência.....	647
1.4.	Inexigibilidade.....	650
1.5.	Concurso Interno.....	652
1.6.	Inscrição e Aprovação.....	653
1.7.	Validade.....	659
1.8.	Precedência na Convocação.....	660
1.9.	Sanção.....	661
1.10.	Resultado do Concurso.....	661
1.11.	Invalidação do Concurso.....	665
1.12.	Sistema de Cotas: Reserva Étnica.....	667
2.	Acessibilidade.....	668
2.1.	Sentido.....	668
2.2.	Incidência.....	669
2.3.	Requisitos de Acesso.....	670
2.3.1.	Pessoas Portadoras de Deficiência.....	673
2.3.2.	Requisitos de Inscrição e do Cargo.....	675
2.4.	Sexo e Idade.....	678
2.5.	Exame Psicotécnico.....	680
2.6.	Acesso Profissional ao Idoso.....	683
2.7.	Direito à amamentação.....	683
3.	Acumulação de Cargos e Funções.....	684
3.1.	Regra Geral.....	684
3.2.	Situações de Permissividade.....	685
3.3.	Efeitos.....	689
3.4.	Ingresso em Nova Carreira.....	690
3.5.	Convalidação Constitucional.....	692
4.	Estabilidade.....	693
4.1.	Noção do Instituto.....	693
4.2.	Estabilização Constitucional.....	695
4.3.	Estágio Probatório.....	696
4.4.	Estabilidade e Efetividade.....	698
4.5.	Demissão e Exoneração.....	699
4.6.	Exoneração Conversível em Demissão.....	703
4.7.	Servidores Trabalhistas.....	704
4.8.	Vitaliciedade.....	707
5.	Regime Previdenciário.....	708

5.1.	Previdência do Servidor Público.....	708
5.1.1.	Sentido	708
5.1.2.	Regimes de Previdência	708
5.1.3.	Abrangência do regime próprio.....	709
5.1.4.	Regulamentação do regime próprio.....	709
5.1.5.	Unicidade de regimes e de gestão.....	710
5.1.6.	Regime de outros agentes.....	711
5.1.7.	Ocupantes exclusivos de cargos em comissão	711
5.2.	Contributividade.....	712
5.2.1.	Introdução	712
5.2.2.	Contributividade.....	712
5.2.3.	Contribuições.....	713
5.2.4.	Alíquotas de contribuição.....	713
5.2.5.	Aposentados e pensionistas	714
5.2.6.	Solidariedade no regime previdenciário	715
5.2.7.	Base de contribuição.....	715
5.3.	Fundos previdenciários públicos.....	717
5.3.1.	Sentido	717
5.3.2.	Instituição e extinção.....	717
5.3.3.	Requisitos.....	718
5.3.4.	Descumprimento e responsabilidade.....	718
5.4.	Previdência complementar.....	719
5.4.1.	Aspectos iniciais	719
5.4.2.	Previdência complementar dos servidores	719
5.4.3.	Instituição	720
5.4.4.	Entidades de previdência complementar	721
5.4.5.	Plano de benefícios.....	721
5.4.6.	Ingresso no sistema e opção.....	722
5.5.	Aposentadoria.....	722
5.5.1.	Conceito	722
5.5.2.	Natureza jurídica	723
5.5.3.	Prazos extintivos	723
5.5.4.	Aposentadoria punitiva	725
5.5.5.	Regime jurídico.....	725
5.5.6.	Modalidades de aposentadoria.....	726
5.5.7.	Aposentadoria voluntária	727
5.5.8.	Aposentadoria por incapacidade permanente.....	727
5.5.9.	Aposentadoria compulsória.....	728
5.5.10.	Requisitos e critérios diferenciados.....	729
5.5.11.	Aposentadorias especiais.....	730
5.5.12.	Proventos.....	731
5.5.13.	Cumulação de proventos	733
5.5.14.	Revisão de proventos.....	735
5.5.15.	Contagem de tempo.....	735
5.5.16.	Direito adquirido.....	737
5.5.17.	Situações transitórias	738
5.5.18.	Desapensação (renúncia à aposentadoria)	741

5.5.19. Cassação de aposentadoria.....	743
5.5.20. Aposentadoria pelo regime geral de previdência	744
5.6. Pensões	746
5.6.1. Sentido e natureza jurídica.....	746
5.6.2. Disciplina jurídica.....	746
5.6.3. Contributividade e solidariedade	747
5.6.4. Base e valor da contribuição	747
5.6.5. Cálculo da pensão	747
5.6.6. Incidência normativa.....	748
5.6.7. Acumulação de pensões.....	748
5.6.8. Revisão da pensão.....	749
5.6.9. Prescrição.....	749
5.7. PEC Paralela	749
6. Disponibilidade	752
6.1. Sentido	752
6.2. Pressupostos	753
6.3. Incidência	754
6.4. Efeitos.....	755
6.5. A Questão dos Proventos.....	755
7. Mandato Eletivo	757
8. Sistema Constitucional de Remuneração.....	759
8.1. Remuneração.....	759
8.1.1. Remuneração Básica	760
8.1.2. Vantagens Pecuniárias	763
8.2. Revisão Remuneratória.....	768
8.3. Irredutibilidade	771
8.4. Isonomia	773
8.5. Vinculação e Teto.....	774
8.6. Pagamento com Atraso	780
8.7. Pagamento a Maior	782
9. Associação Sindical e Direito de Greve.....	783
9.1. Associação Sindical.....	783
9.2. Greve.....	785
10. Direitos Sociais dos Servidores	789
VI. Responsabilidade dos Servidores Públicos	792
1. Responsabilidade Civil	793
2. Responsabilidade Penal.....	794
3. Responsabilidade Administrativa.....	795
4. Efeitos da Decisão Penal nas Esferas Civil e Administrativa	797
4.1. Repercussão na Esfera Civil	797
4.2. Repercussão na Esfera Administrativa.....	797
4.3. Crimes Funcionais.....	798
4.3.1. Condenação.....	798
4.3.2. Absolvição	798
4.4. Crimes Não Funcionais.....	800
4.4.1. Condenação.....	800
4.4.2. Absolvição	800
4.4.3. Absolvição na Esfera Administrativa.....	801
VII. Súmulas.....	801

Capítulo 12. Intervenção do Estado na Propriedade	805
I. Introdução.....	805
1. Breve Histórico.....	805
2. Propriedade	806
II. Intervenção do Estado	807
1. Sentido.....	807
2. Quadro Normativo Constitucional	807
III. Competência	808
IV. Fundamentos.....	809
1. Supremacia do Interesse Público	809
2. Função Social da Propriedade.....	810
V. Modalidades.....	811
VI. Servidão Administrativa	812
1. Sentido e Natureza Jurídica.....	812
2. Fundamentos	813
3. Objeto.....	814
4. Formas de Instituição.....	815
5. Extinção	817
6. Indenização.....	817
7. Características	819
VII. Requisição	819
1. Sentido.....	819
2. Fundamentos	820
3. Objeto e Indenização	821
4. Instituição e Extinção	821
5. Características	822
VIII. Ocupação Temporária	822
1. Sentido e Objeto.....	822
2. Fundamentos	824
3. Modalidades e Indenização	824
4. Instituição e Extinção	825
5. Características.....	826
IX. Limitações Administrativas	826
1. Sentido.....	826
2. Natureza Jurídica	828
3. Fundamentos	828
4. Indenização.....	829
5. Características	830
X. Tombamento.....	830
1. Sentido.....	830
2. Fonte Normativa	831
3. Fundamento.....	831
4. Objeto	833
5. Natureza Jurídica	833
6. Espécies	835
7. Instituição	836

7.1. Desfazimento.....	838
8. Processo Administrativo.....	839
9. Efeitos.....	840
10. Controle.....	842
11. Outros Instrumentos Protetivos.....	843
XI. Súmulas.....	844
Capítulo 13. Desapropriação.....	845
I. Introdução.....	845
II. Conceito.....	846
III. Natureza Jurídica.....	847
IV. Pressupostos.....	847
V. Fontes Normativas e Espécies.....	848
VI. Objeto.....	850
1. Regra Geral.....	850
2. Bens Públicos.....	851
3. Bens de Entidades da Administração Indireta.....	853
4. Margens dos Rios Navegáveis.....	854
VII. Forma de Aquisição.....	855
VIII. Competências.....	856
1. Competência Legislativa.....	856
2. Competência Declaratória.....	856
3. Competência Executória.....	858
IX. Destinação dos Bens Desapropriados.....	859
1. Regra Geral.....	859
2. Casos Especiais.....	860
2.1. Desapropriação por Zona.....	860
2.2. Desapropriação Urbanística.....	861
2.3. Desapropriação por Interesse Social.....	862
2.4. Desapropriação-Confisco.....	862
X. Fase Declaratória.....	862
1. Declaração Expropriatória.....	862
2. Conteúdo.....	863
3. Formalização.....	864
4. Natureza Jurídica.....	865
4.1. Controle Judicial.....	866
5. Efeitos.....	866
6. Caducidade.....	867
XI. Fase Executória.....	868
1. Via Administrativa.....	869
1.1. Alienação por acordo.....	869
1.2. Notificação e acordo.....	870
2. Via Judicial.....	871
XII. Ação de Desapropriação.....	872
1. Partes.....	872
2. A Pretensão.....	872

3.	A Contestação.....	873
4.	Imissão Provisória na Posse	874
4.1.	Permissão Legal	874
4.2.	Pressupostos	875
4.3.	Urgência.....	875
4.4.	Depósito Prévio.....	876
4.5.	Levantamento Parcial do Depósito	877
5.	Prova Pericial.....	878
6.	Intervenção do Ministério Público	879
7.	Sentença.....	880
8.	Transferência da Propriedade.....	881
XIII.	Indenização.....	882
1.	Regra Geral	882
2.	Situações Especiais	885
3.	Enfiteuse, Jazidas e Direito de Superfície	885
4.	Juros Moratórios e Compensatórios.....	887
4.1.	Juros Moratórios.....	887
4.2.	Juros Compensatórios.....	890
4.3.	Cumulatividade.....	892
5.	Atualização Monetária.....	893
6.	Honorários.....	894
7.	Direitos de Terceiros	895
XIV.	Desistência da Desapropriação	897
XV.	Desapropriação Indireta.....	898
1.	Sentido.....	898
2.	Fundamento.....	899
3.	Proteção Possessória	900
4.	Ação do Expropriado	901
4.1.	Caracterização	901
4.2.	Natureza e Legitimidade para a Ação	902
4.3.	Foro da Ação.....	903
4.4.	Prescrição da Ação (Pretensão)	903
4.5.	Acréscimos Indenizatórios	906
4.6.	Despesas Processuais	909
5.	Aposseamento Administrativo.....	910
XVI.	Direito de Extensão.....	911
1.	Sentido.....	911
2.	Fundamento.....	911
3.	Outros Aspectos.....	913
3.1.	Admissibilidade	913
3.2.	Oportunidade do Exercício do Direito	913
XVII.	Retrocessão.....	914
1.	Noção Jurídica.....	914
2.	Natureza do Direito.....	915
3.	Aspectos Especiais	917
3.1.	Tredestinação.....	917
3.2.	Demora na Utilização do Bem	918

3.3.	Prescrição.....	919
3.4.	Alienação por Acordo.....	919
XVIII.	Desapropriação Rural.....	920
1.	Introdução.....	920
2.	Aspectos Especiais.....	920
2.1.	Competência.....	920
2.2.	Função Social Rural.....	921
2.3.	Indenização.....	921
2.4.	Inaplicabilidade da Desapropriação.....	922
3.	Procedimento Expropriatório.....	923
3.1.	Procedimento Administrativo.....	924
3.2.	Procedimento Judicial.....	925
XIX.	Desapropriação Confiscatória.....	928
XX.	Desapropriação Urbanística Sancionatória.....	931
XXI.	Súmulas.....	934

Capítulo 14. Atuação do Estado no Domínio Econômico..... 937

I.	Introdução.....	937
1.	O Liberalismo Econômico.....	937
2.	Modelo Interventivo.....	938
3.	Constitucionalização Normativa.....	939
4.	Quadro Normativo.....	939
II.	Ordem Econômica.....	940
1.	Fundamentos.....	940
1.1.	Valorização do Trabalho Humano.....	940
1.2.	Liberdade de Iniciativa.....	941
2.	Princípios.....	942
3.	Declaração de Direitos da Liberdade Econômica.....	943
III.	Formas de Atuação do Estado.....	945
IV.	Estado Regulador.....	945
1.	Sentido.....	945
2.	Natureza da Atuação.....	946
3.	Competências.....	947
4.	Repressão ao Abuso do Poder Econômico.....	948
4.1.	Sentido.....	948
4.2.	Formas de Abuso.....	949
4.3.	Trustes, Cartéis e <i>Dumping</i>	950
4.4.	Normas e Meios Repressivos.....	950
5.	Controle do Abastecimento.....	953
6.	Tabelamento de Preços.....	954
7.	Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.....	955
V.	Estado Executor.....	958
1.	Formas.....	959
2.	Exploração Direta.....	959
2.1.	Regra Geral.....	959
2.2.	Pressupostos.....	960

3.	Exploração Indireta	961
3.1.	Sentido	961
3.2.	As Empresas do Estado	962
VI.	Monopólio Estatal	963
1.	Sentido	963
2.	Natureza Jurídica	964
3.	Monopólio e Privilégio	964
4.	Atividades Monopolizadas	965
VII.	Súmulas	966
Capítulo 15. Controle da Administração Pública		969
I.	Introdução	969
1.	Controle Político e Controle Administrativo	969
2.	Fundamentos	970
II.	Controle	971
1.	Sentido	971
2.	Objetivo	972
3.	Natureza Jurídica	972
4.	Classificação	973
4.1.	Quanto à Natureza do Controlador	973
4.2.	Quanto à Extensão do Controle	974
4.3.	Quanto à Natureza do Controle	974
4.4.	Quanto ao Âmbito da Administração	976
4.5.	Quanto à Oportunidade	977
4.6.	Quanto à Iniciativa	977
III.	Controle Administrativo	978
1.	Sentido	978
2.	Objetivos	978
3.	Meios de Controle	979
3.1.	Controle Ministerial	979
3.2.	Hierarquia Orgânica	979
3.3.	Direito de Petição	980
3.4.	Revisão Recursal	980
3.5.	Controle Social	981
3.6.	Outros Instrumentos Legais	982
4.	Recursos Administrativos	983
4.1.	Sentido	983
4.2.	Fundamentos e Objetivo	984
4.3.	Natureza Jurídica	985
4.4.	Formalização	985
4.5.	Classificação	986
4.6.	Espécies	988
4.7.	Efeitos	991
4.8.	Exigência de Garantia	992
4.9.	<i>Reformatio in Pejus</i>	994
4.10.	Exaustão da Via Administrativa	995
5.	Coisa Julgada Administrativa	997

6.	Prazos Extintivos (Prescrição Administrativa)	998
7.	Processo Administrativo	1002
7.1.	Introdução.....	1002
7.2.	Sentido	1004
7.3.	Classificação	1005
7.4.	Objeto	1006
7.5.	Princípios	1008
7.6.	Processo Administrativo na Administração Federal	1014
7.7.	Processo Administrativo Disciplinar	1019
8.	Arbitragem	1033
9.	Mediação.....	1035
10.	Acordo Terminativo de Litígios	1036
11.	Responsabilidade Administrativa e Civil de Pessoas Jurídicas (Lei Anticorrupção).....	1037
IV.	Controle Legislativo.....	1041
1.	Sentido e Fundamento.....	1041
2.	Espécies de Controle	1042
2.1.	Controle Político	1042
2.2.	Controle Financeiro	1043
3.	Tribunal de Contas	1047
V.	Controle Judicial	1052
1.	Sentido.....	1052
2.	Sistemas de Controle	1056
2.1.	Sistema do Contencioso Administrativo	1056
2.2.	Sistema da Unidade de Jurisdição	1057
3.	Natureza	1058
4.	Oportunidade	1058
5.	Atos sob Controle Especial	1059
5.1.	Atos Políticos.....	1059
5.2.	Atos Legislativos Típicos.....	1060
5.3.	Atos <i>Interna Corporis</i>	1061
6.	Instrumentos de Controle.....	1063
6.1.	Meios Inespecíficos	1063
6.2.	Meios Específicos	1063
7.	Prescrição de Ações contra a Fazenda Pública	1063
7.1.	Sentido	1063
7.2.	Fonte Normativa.....	1064
7.3.	Direitos Pessoais e Reais.....	1065
7.4.	Interrupção e Suspensão	1067
7.5.	Prescrição da Ação e Prescrição das Prestações	1068
7.6.	Prescrição Intercorrente	1069
7.7.	Apreciação no Processo.....	1070
8.	Mandado de Segurança.....	1071
8.1.	Conceito	1071
8.2.	Espécies e Fontes Normativas.....	1072
8.3.	A Tutela.....	1072
8.4.	Impetrante	1073
8.5.	Impetrado.....	1074

8.6.	Formas de Tutela	1075
8.7.	Descabimento	1076
8.8.	Medida Liminar	1078
8.9.	Competência.....	1080
8.10.	Prazo	1081
8.11.	Sentença e Coisa Julgada	1082
8.12.	Mandado de Segurança Coletivo	1083
8.13.	Aspectos Especiais.....	1086
9.	<i>Habeas Corpus</i>	1088
9.1.	Conceito e Fontes Normativas.....	1088
9.2.	Pressupostos Constitucionais	1089
9.3.	Espécies.....	1089
9.4.	Constrangimento Ilegal.....	1090
9.5.	Competência.....	1090
10.	Ação Popular	1091
10.1.	Conceito e Fontes Normativas.....	1091
10.2.	Bens Tutelados.....	1091
10.3.	Competência.....	1092
10.4.	Legitimação Ativa e Passiva	1092
10.5.	Objeto da Ação.....	1093
10.6.	Liminar.....	1094
10.7.	Sentença e Coisa Julgada	1095
11.	Mandado de Injunção	1096
11.1.	Conceito, Fonte Normativa e Modalidades	1096
11.2.	Pressupostos	1097
11.3.	Bens Tutelados.....	1098
11.4.	Competência.....	1098
11.5.	Legitimação Ativa e Passiva	1099
11.6.	Liminar.....	1100
11.7.	Procedimento	1100
11.8.	Decisão	1100
11.9.	Mandado de Injunção Coletivo	1102
12.	<i>Habeas Data</i>	1103
12.1.	Conceito e Fonte Normativa.....	1103
12.2.	Bem Tutelado	1103
12.3.	Partes.....	1104
12.4.	Competência.....	1104
12.5.	Interesse de Agir	1105
12.6.	Pedido.....	1106
12.7.	Procedimento	1106
12.8.	Decisão e Recursos.....	1107
13.	Ação Civil Pública.....	1107
13.1.	Conceito e Fontes Normativas.....	1107
13.2.	Bens Tutelados.....	1108
13.3.	Espécies de Tutela	1111
13.4.	Partes.....	1111
13.5.	Sentença e Coisa Julgada	1113
14.	Ação de Improbidade Administrativa.....	1114

14.1.	Conceito e Fontes Normativas.....	1114
14.2.	A Questão da Competência.....	1116
14.3.	Sujeito Passivo.....	1117
14.4.	Sujeito Ativo.....	1119
14.5.	Tipologia de Improbidade.....	1126
14.6.	Sanções.....	1134
14.7.	Procedimentos Administrativo e Judicial.....	1145
14.8.	Prescrição.....	1153
VI.	O Poder Público em Juízo.....	1157
1.	Capacidade Processual.....	1157
2.	Pessoas Federais.....	1158
3.	Pessoas Estaduais e Pessoa Distrital.....	1160
4.	Pessoas Municipais.....	1161
5.	Representação Judicial.....	1162
6.	Particularidades Processuais.....	1163
7.	Despesas Judiciais.....	1169
8.	Pagamento dos Créditos de Terceiros.....	1171
VII.	Controle Estatal na LINDB – Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.....	1180
1.	Considerações iniciais.....	1180
2.	Valores abstratos e motivação (art. 20).....	1180
3.	Consequências e regularização de condutas (art. 21).....	1181
4.	Gestão complexa e políticas públicas (art. 22).....	1182
5.	Nova interpretação ou orientação (art. 23).....	1183
6.	Revisão de validade (art. 24).....	1183
7.	Celebração de compromisso (art. 26).....	1184
8.	Compensação e compromisso processual (art. 27).....	1185
9.	Responsabilidade pessoal do agente (art. 28).....	1186
10.	Atos normativos e consulta pública (art. 29).....	1187
11.	Segurança jurídica (art. 30).....	1187
VIII.	Súmulas.....	1188
Capítulo 16. Bens Públicos.....		1195
I.	Introdução.....	1195
1.	Domínio Público.....	1195
2.	Domínio Eminente.....	1196
II.	Conceito.....	1196
III.	Bens das Pessoas Administrativas Privadas.....	1198
IV.	Classificação.....	1201
1.	Quanto à Titularidade.....	1201
1.1.	Bens Federais.....	1201
1.2.	Bens Estaduais e Distritais.....	1202
1.3.	Bens Municipais.....	1202
2.	Quanto à Destinação.....	1203
2.1.	Bens de Uso Comum do Povo.....	1203
2.2.	Bens de Uso Especial.....	1203
2.3.	Bens Dominicais.....	1205
3.	Quanto à Disponibilidade.....	1206

3.1.	Bens Indisponíveis	1206
3.2.	Bens Patrimoniais Indisponíveis	1206
3.3.	Bens Patrimoniais Disponíveis	1207
V.	Afetação e Desafetação	1207
VI.	Regime Jurídico.....	1209
1.	Alienabilidade Condicionada	1209
2.	Impenhorabilidade	1211
3.	Imprescritibilidade	1211
4.	Não Onerabilidade.....	1213
VII.	Aquisição.....	1214
1.	Introdução	1214
2.	Classificação.....	1214
3.	Formas de Aquisição	1215
3.1.	Contratos	1215
3.2.	Usucapião	1216
3.3.	Desapropriação.....	1217
3.4.	Acessão.....	1217
3.5.	Aquisição <i>Causa Mortis</i>	1218
3.6.	Arrematação	1219
3.7.	Adjudicação.....	1219
3.8.	Resgate na Enfitese.....	1219
3.9.	Aquisição <i>Ex Vi Legis</i>	1220
VIII.	Gestão dos Bens Públicos	1221
1.	Sentido.....	1221
2.	Uso dos Bens Públicos.....	1222
3.	Formas de Uso	1223
3.1.	Uso Comum	1224
3.2.	Uso Especial.....	1225
3.3.	Uso Compartilhado	1226
3.4.	Cemitérios Públicos	1229
4.	Uso Privativo.....	1230
4.1.	Autorização de Uso	1233
4.2.	Permissão de Uso	1235
4.3.	Concessão de Uso	1237
4.4.	Concessão de Direito Real de Uso.....	1239
4.5.	Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia	1242
4.6.	Cessão de Uso.....	1246
4.7.	Formas de Direito Privado	1247
IX.	Alienação	1253
1.	Considerações Gerais	1253
2.	Competência Normativa e Reguladora	1254
3.	Instrumentos Comuns.....	1255
3.1.	Venda	1255
3.2.	Doação.....	1257
3.3.	Permuta.....	1259
3.4.	Dação em pagamento	1260
4.	Instrumentos Específicos.....	1260

4.1.	Concessão de Domínio	1260
4.2.	Investidura	1262
4.3.	Incorporação	1262
4.4.	Retrocessão.....	1263
4.5.	Legitimação de Posse.....	1263
4.6	Legitimação Fundiária.....	1264
X.	Espécies de Bens Públicos	1265
1.	Terras Devolutas.....	1265
2.	Terrenos de Marinha.....	1267
3.	Terrenos Acrescidos.....	1271
4.	Terrenos Reservados	1271
5.	Terras Ocupadas pelos Índios.....	1272
6.	Plataforma Continental.....	1273
7.	Ilhas	1273
8.	Faixa de Fronteiras.....	1276
9.	Subsolo e Riquezas Minerais.....	1277
XI.	Águas Públicas.....	1279
XII.	Súmulas.....	1282
Índice Remissivo		1283
Referências Bibliográficas.....		1303